



TOLEDOPREV

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TOLEDO FAPES

ATA Nº 025/2026 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Aos quinze dias do mês de setembro de 2026, às quatorze horas, na Sala de Reuniões da Secretaria da Fazenda, localizada no Paço Municipal Alcides Donin, Rua Raimundo Leonardi, nº 1586, Centro, Toledo, PR, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Toledo (TOLEDOPREV), nomeados pela Portaria nº 113, de 3 de fevereiro de 2025, para reunião ordinária. Estiveram presentes os membros: Jaldir Anholetto, Presidente do Conselho Fiscal; Leandro Marcelo Ludvig, Presidente do Conselho de Administração; Roseli Fabris Dalla Costa, Diretora-Executiva do TOLEDOPREV; Rosângela de Farias Cordeiro, Contadora; e Tatiane Mendes Berto da Silva, Representante dos Segurados. A pauta da reunião incluiu os seguintes assuntos: **1) Análise do cenário macroeconômico e de seus reflexos sobre os mercados e a Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV; 2) Apresentação da Carteira de Investimentos, com posição em 31 de agosto de 2026; 3) Análise da performance dos investimentos; 4) Acompanhamento do Relatório de Risco e Correlação; 5) Avaliação da Execução Orçamentária e análise do Fluxo de Caixa referente ao mês de agosto de 2026; 6) Deliberação sobre movimentações de aplicações e resgates de recursos; 7) Emissão de parecer referente à Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV – posição de agosto de 2026.** A Diretora Executiva do TOLEDOPREV, Roseli, deu início à reunião agradecendo a presença de todos e, na sequência, passou-se à análise dos itens da pauta: **1) Análise do cenário macroeconômico e de seus reflexos sobre os mercados e a Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV.** O Comitê analisou o Relatório Macroeconômico de setembro de 2026, elaborado pela i9 Advisory, referente ao comportamento dos mercados em agosto. No cenário internacional, destacou-se a maior cautela dos principais bancos centrais diante da combinação de atividade econômica resiliente, inflação ainda elevada e novas pressões sobre os preços de energia, com possibilidade de manutenção ou retomada de aperto monetário nos Estados Unidos e na Área do Euro; na China, permaneceu a divergência entre o bom desempenho dos setores de alta tecnologia e exportação e a fragilidade da demanda doméstica e do setor imobiliário. No Brasil, observou-se moderação gradual da atividade, com mercado de trabalho ainda aquecido, deflação de 0,32% no IPCA de agosto e inflação acumulada em doze meses de 4,22%, embora persistissem pressões nos serviços, riscos fiscais e maior volatilidade cambial. No mês, os principais índices de renda fixa apresentaram resultados positivos, com 1,09% no CDI, 1,11% no IMA-S, 1,58% no IMA-B e 1,04% no IRF-M; o Ibovespa recuou 0,33%, enquanto os investimentos no exterior foram favorecidos pela valorização do dólar, com altas, em reais, de 4,58% no MSCI World, 6,06% no Nasdaq e 4,73% no S&P 500. Considerando a composição da Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV, o Comitê registrou cenário favorável às estratégias de renda fixa e contribuição positiva dos ativos no exterior, mantendo atenção à inflação, à trajetória dos juros, à situação fiscal, ao câmbio e aos riscos externos, cujos efeitos serão confrontados, nos itens seguintes, com os resultados individualizados da carteira. **2) Apresentação da Carteira de Investimentos, com posição em 31 de agosto de 2026.** Na sequência, foi apresentado o Relatório de Posição de Ativos e Enquadramento da Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV, elaborado pela i9 Advisory, com data-base de 31 de agosto de 2026. A carteira alcançou o montante de R\$ 895.493.123,10, distribuído entre renda fixa, com 84,68%; renda variável, com 4,82%; investimentos no exterior, com 2,13%; e investimentos estruturados, com 8,36%. Consideradas as disponibilidades financeiras de R\$ 375.139,03, o patrimônio

consolidado totalizou R\$ 895.868.262,13. Quanto ao enquadramento, foram registrados 38,67% dos recursos no art. 7º, inciso I; 26,55% em títulos públicos do Tesouro Nacional, enquadrados no art. 7º, inciso III; 19,46% no art. 7º, inciso V; 1,17% no art. 8º, inciso I; 3,66% no art. 8º, inciso III; 1,44% no art. 9º, inciso II; 0,69% no art. 9º, inciso III; e 8,36% no art. 10, inciso I, permanecendo os percentuais dentro dos limites quantitativos da Política de Investimentos e dos limites legais aplicáveis. A análise de liquidez demonstrou que 69,84% dos recursos possuíam liquidez de até trinta dias, 2,13% entre 31 e 365 dias e 28,03% acima de 365 dias, permanecendo os percentuais acumulados superiores aos limites mínimos previstos na Política de Investimentos. O Comitê registrou, ainda, as observações relativas aos fundos cuja participação de cotistas classificados como RPPS não atende às condições do § 2º do art. 19 da Resolução CMN nº 5.272/2025, bem como às aplicações enquadradas nos arts. 8º, inciso III, e 9º, incisos II e III, permitidas somente aos RPPS com, no mínimo, Nível III do Pró-Gestão, permanecendo tais posições submetidas ao tratamento transitório previsto no art. 27 da Resolução, que admite os desenquadramentos passivos decorrentes da entrada em vigor da norma pelo prazo de até dois anos ou até o vencimento do ativo, vedadas novas aplicações. Após os esclarecimentos, o Comitê registrou a compatibilidade da composição e da liquidez da carteira com os limites aplicáveis, ressalvadas as situações de desenquadramento passivo anteriormente registradas, mantendo o acompanhamento das posições e das providências necessárias ao reenquadramento.

3) Análise da performance dos investimentos. Prosseguindo, o Comitê analisou a performance da Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV, com data-base de 31 de agosto de 2026, verificando rentabilidade consolidada de 1,27% no mês, ante 0,15% da meta atuarial, correspondente ao INPC acrescido de 5,81% ao ano, resultando em desempenho superior de 1,12 ponto percentual e resultado financeiro positivo de R\$ 11.243.351,89. No acumulado do exercício, a carteira alcançou rentabilidade de 8,98%, frente à meta atuarial de 7,08%, superando-a em 1,90 ponto percentual, com resultado financeiro acumulado de R\$ 72.665.671,49. Na análise por segmento, a renda fixa apresentou rentabilidade de 0,92%, a renda variável de 3,97%, os investimentos no exterior de 5,11% e os investimentos estruturados de 2,40%, destacando-se no mês a contribuição positiva das exposições internacionais e do fundo Caixa Institucional BDR Nível I, que apresentou retorno de 5,59%. Nos diferentes horizontes temporais, a carteira permaneceu acima da meta atuarial em três, seis, doze, vinte e quatro, trinta e seis, quarenta e oito e sessenta meses, registrando, respectivamente, 2,96%, 7,00%, 14,44%, 28,18%, 43,58%, 61,13% e 65,63%, permanecendo abaixo da meta apenas no período acumulado desde 31 de dezembro de 2019, quando apresentou 76,04%, frente à meta de 101,19%. O Comitê registrou a continuidade do desempenho favorável no exercício de 2026 e nos diversos horizontes avaliados, mantendo o acompanhamento da aderência da rentabilidade à meta atuarial e do desempenho individualizado das estratégias.

4) Acompanhamento do Relatório de Risco e Correlação. O Comitê analisou o Relatório de Risco e a Matriz de Correlação da Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV, com posição em 31 de agosto de 2026. Considerando horizonte de 21 dias e nível de confiança de 95%, o Value-at-Risk – VaR da carteira consolidada foi estimado em R\$ 6.187.349,53, equivalente a 0,69% do patrimônio, com volatilidade anualizada de 1,60%. Na análise por segmento, foram apurados VaR de 0,22% para o art. 7º, frente ao limite de 5%; 5,37% para o art. 8º, 6,94% para o art. 9º e 3,81% para o art. 10, todos inferiores aos respectivos limites de 20% estabelecidos na Política de Investimentos. A renda fixa, que representa a maior parcela do patrimônio, manteve reduzida volatilidade, enquanto os maiores níveis de risco permaneceram concentrados nas posições de renda variável e investimentos no exterior, destacando-se, entre os ativos individualizados, o FIA Caixa Construção Civil, com volatilidade de 31,22% e VaR de 14,99%; o Caixa Small Caps Ativo, com volatilidade de 23,17% e VaR de 10,24%; o FIA Caixa Consumo, com volatilidade de 23,23% e VaR de 10,77%; e o MS Global Opportunities Advisory, com volatilidade de 20,89% e VaR de 9,53%. Na Matriz de Correlação, observou-se elevada correlação entre as NTN-B de diferentes vencimentos, refletindo exposição comum aos fatores de inflação e juros reais, bem como correlações relevantes entre determinados fundos de renda variável e seus índices de referência e entre as posições internacionais e respectivos benchmarks. Em contrapartida, a existência de correlações baixas ou negativas entre parte dos ativos de renda fixa,

renda variável, investimentos no exterior e estruturados demonstra benefícios de diversificação entre as classes. O Comitê tomou ciência dos indicadores e registrou que o risco consolidado da carteira permanece compatível com os limites estabelecidos na Política de Investimentos, mantendo-se o acompanhamento contínuo do VaR, da volatilidade, das correlações e das concentrações por fatores de risco. **5) Avaliação da execução orçamentária e análise do fluxo de caixa referente ao mês de agosto de 2026.** Na sequência, foram apresentados os dados da execução orçamentária acumulada até agosto de 2026 e do fluxo de caixa do período. De janeiro a agosto, a arrecadação totalizou R\$ 126.380.040,81, correspondente a 49,57% da receita anual prevista, enquanto a despesa empenhada alcançou R\$ 85.660.568,56, concentrada principalmente no pagamento de aposentadorias e pensões. No fluxo de caixa de agosto, os ingressos totalizaram R\$ 23.811.773,21 e os desembolsos R\$ 13.190.714,63, resultando em geração líquida positiva de caixa no período, com elevação do saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 824.910.202,62, em 31 de julho, para R\$ 835.581.261,20, em 31 de agosto de 2026. Registrou-se, ainda, que, a partir de janeiro de 2026, os rendimentos das aplicações financeiras passaram a ser contabilizados em conformidade com a IPC 14 e a Nota Técnica nº 35/2025 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, motivo pelo qual os valores de 2026 não são integralmente comparáveis aos exercícios anteriores. O Comitê consignou, também, que os dados da execução orçamentária, do fluxo de caixa e do relatório da carteira possuem bases e finalidades distintas. Diante dos resultados, concluiu-se pela manutenção de adequada capacidade financeira para o cumprimento das obrigações previdenciárias e para a gestão dos recursos do RPPS. **6) Deliberação sobre movimentações de aplicações e resgates de recursos.** O Comitê de Investimentos analisou e convalidou as movimentações realizadas no mês de agosto de 2026 ainda não registradas em atas anteriores, mantendo a estratégia de direcionamento dos recursos ingressados para o fundo Caixa Brasil Títulos Públicos FIF Renda Fixa Longo Prazo – Responsabilidade Limitada, em razão de seu perfil conservador, liquidez e aderência à estratégia de curto prazo da carteira. Foram ratificadas as seguintes aplicações: a) R\$ 7.867.478,11, na conta nº 575215351-0, provenientes das contribuições dos servidores e patronais, competência agosto de 2026, e de levantamento judicial; e b) R\$ 494.262,67, na conta nº 575215353-7, provenientes de compensação previdenciária. Em continuidade à deliberação registrada na Ata nº 004/2026, o Comitê reavaliou a aplicação no fundo MS Global Opportunities Advisory FIF Investimento no Exterior, registrando recuperação de 6,69% no mês de agosto, embora o fundo ainda apresentasse resultado acumulado negativo de 1,05% no exercício. Considerando o desempenho acumulado, as condições dos mercados internacionais e a estratégia anteriormente aprovada, o Comitê deliberou pela manutenção temporária da aplicação, preservando a decisão de desinvestimento para momento mais oportuno, observados o interesse previdenciário do RPPS, as condições de mercado, os prazos de cotização e liquidação e as restrições decorrentes da Resolução CMN nº 5.272/2025, permanecendo vedadas novas aplicações enquanto perdurar o desenquadramento passivo. **7) Emissão de parecer referente à Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV – posição de agosto de 2026.** Após a análise da composição, enquadramento, liquidez, rentabilidade e riscos da carteira, o Comitê de Investimentos deliberou, por unanimidade, pela emissão do Parecer nº 014/2026, manifestando-se favoravelmente à Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV, com posição em 31 de agosto de 2026, ressalvadas as situações de desenquadramento passivo registradas no Relatório Mensal de Investimentos e submetidas ao tratamento previsto no art. 27 da Resolução CMN nº 5.272/2025. O parecer e o respectivo Relatório Mensal de Investimentos serão encaminhados ao Conselho Fiscal para apreciação e emissão de parecer e, posteriormente, ao Conselho de Administração para apreciação e deliberação. Não havendo mais itens a serem apresentados ou aprovados, a reunião foi encerrada, lavrando-se a presente ata, que segue devidamente assinada pelos presentes.

Jaldir Anholetto - Presidente do Conselho Fiscal

Certificação Profissional: Básico (CP RPPS CGINV I) v. 06/03/2027

Leandro Marcelo Ludvig - Presidente do Conselho de Administração

Certificação Profissional: Básico (CP RPPS CGINV I) – v. 19/12/2027

Roseli Fabris Dalla Costa - Diretora Executiva do TOLEDOPREV

Certificação Profissional TOTUM: Avançado (CP RPPS CGINV III) – v. 08/11/2026

Tatiane Mendes Berto da Silva - Representante dos Segurados

Certificação Profissional: Básico (CP RPPS CGINV I) – v. 19/12/2027

Rosângela de Farias Cordeiro - Resp. pela Contabilidade - Contadora

Certificação Profissional: Básico (CP RPPS CGINV I) – v. 07/01/2029



Documento assinado eletronicamente por **Roseli Fabris Dalla Costa, Diretor(a) Executivo(a) do ToledoPrev**, em 17/09/2026, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#), [Decreto Municipal nº 1.013, de 22 de dezembro de 2020](#) e [Decreto Municipal nº 1.312, de 4 de novembro de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosângela de Farias Cordeiro, Membro do Comitê de Investimentos**, em 17/09/2026, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#), [Decreto Municipal nº 1.013, de 22 de dezembro de 2020](#) e [Decreto Municipal nº 1.312, de 4 de novembro de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Mendes Berto da Silva, Membro do Comitê de Investimentos**, em 17/09/2026, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#), [Decreto Municipal nº 1.013, de 22 de dezembro de 2020](#) e [Decreto Municipal nº 1.312, de 4 de novembro de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jaldir Anholetto, Presidente do Conselho Fiscal**, em 17/09/2026, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#), [Decreto Municipal nº 1.013, de 22 de dezembro de 2020](#) e [Decreto Municipal nº 1.312, de 4 de novembro de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Marcelo Ludvig, Presidente do Conselho de Administração**, em 17/09/2026, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#), [Decreto Municipal nº 1.013, de 22 de dezembro de 2020](#) e [Decreto Municipal nº 1.312, de 4 de novembro de 2024](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.toledo.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0254065** e o código CRC **BA8D4A0D**.

Rua Raimundo Leonardi, 1586 Toledo - PR, CEP 85900-110, 45 3196-2081
toledoprev@toledo.pr.gov.br - <https://toledoprev.toledo.pr.gov.br/>

Processo nº 01.06.037131/2026-10

Documento nº 0254065v2